



AS LUZES DO SÉCULO XXI E A EMERGÊNCIA DA NOVA LUTA DE CLASSES

Júlio Ramon Teles da Ponte é doutorando do PPGS-UFRN e bancário do BB

Estas linhas foram inspiradas na brilhante reflexão sobre os acontecimentos recentes na Europa abordados por nossa companheira Beatriz Oliveira no Luta Bancária n. 25. Sem dúvida, as redefinições pelas quais passa o Estado capitalista, neste início do século XXI, bem expressam a tendência de esgotamento das últimas trincheiras consumadas a partir de meados do século XX, sobre os escombros da Segunda Grande Guerra Mundial que impulsionaram a reprodução do capital e o dinamismo econômico, aparentemente incólume, pelo menos até o início da década de setenta do século passado. No ambiente em que se projetam sérias dificuldades para a propulsão de uma nova dinâmica crescente da economia capitalista, em face da crise de realização da mais-valia, eis que entra em cena mais uma vez a importância do capital financeiro como o providencial amortecedor contratendencial à iminente queda da valorização do capital. Com efeito, à custa do endividamento estatal, a esfera financeira passa a ditar as políticas econômicas a serem implementadas em cada contexto.

Em geral, as respostas recomendadas pelos "donos do poder", personificações "na terra" da dominação espectral e abstrata do dinheiro, costumam reacender as fórmulas - bem lembradas por Aécio de Oliveira - que englobam medidas

tais como: privatizações generalizadas, reduções dos recursos destinados às políticas públicas, incremento do terceiro setor e a flexibilização das garantias sociais do trabalho. Tais recomendações são transmitidas aos gestores dos Estados capitalistas pelos "ditos" organismos multilaterais, sob o controle das economias centrais. É por essa porta que trafegam, via de regra, as determinações impostas pelos centros hegemônicos financeiros que irão ter consequências deveras relevantes na vida social cotidiana dos "cidadãos livres". Em tal contexto, a democracia representativa e a tradicional esfera política dos países da periferia se revelam igualmente impotentes. Ou seja, as diretrizes que realmente vão impor o modo de vida das pessoas em seu aspecto socioeconômico passam ao largo das deliberações e da vontade dos eleitores.

O complexo ideológico do capitalismo (sobretudo a imprensa e seus sacerdotes e sacerdotisas neoliberais, como a jornalista Mirian Leitão) entra em ação na tentativa de convencer a sociedade de que os caminhos tomados pelos governos são inevitáveis e que o capitalismo pode ser "humanizado", mesmo constatadas as sucessivas iniquidades historicamente cometidas pelo irracionalismo do modo de produção do capital. Neste cenário, a história recente da humanidade tem mostrado um

percurso cultivado de ameaças e temores, prevalecendo uma espécie de insegurança social planetária. O caminho da radicalização democrática parece despontar como o mais viável para a nova luta de classes que não pode se restringir ao proletariado clássico dos séculos XIX e XX. Nessa batalha, outros agentes têm de ser incluídos, em face da tendência do avanço da força-de-trabalho crescentemente supérflua. Nesse sentido, o povo europeu parte na dianteira ao exigir a revogação das medidas de aprofundamento do receituário neoliberal ora em curso. Cabe salientar ainda que é nas empresas, como bem lembra o geógrafo Milton Santos, o local privilegiado da ditadura do capital, em que os trabalhadores quase sempre não são consultados acerca das decisões que realmente vão influenciar sua vida cotidiana. Quando muito, no espaço empresarial, se concede aquela velha alternativa sugerida por Eduardo Galeano, segundo a qual a galinha tem a opção "democrática" de escolher em que molho gostaria de ser cozida, mas não lhe sendo conferida a escolha de não ser degolada. São justamente esses traços, ainda em rabiscos, que podemos vislumbrar, à luz dos acontecimentos recentes da Europa. Todavia, quicá, tais agitações não são as luzes emergentes do raiar do novo modo de produção a ser inaugurado ainda no século XXI?

É FESTA NO INTERIOR!

Bancários de várias regiões do interior do RN se confraternizaram no final do ano passado

Como acontece todos os anos, a diretoria do Sindicato organizou confraternizações pelo interior do Estado no final do ano passado. Os encontros ocorreram em clima de muita harmonia e, claro, alegria. O Sindicato percorreu as regiões do Seridó, Agreste, Salineira e Central. Além de prestar contas da gestão, que completa um ano em abril de 2011, a diretoria ouviu reivindicações, críticas e elogios dos bancários.



Bancários de Macau durante confraternização anual



Diretoria e base se mostraram afinados na região Salineira



Em Santa Cruz, confraternização contou com vários bancários



Confraternização em Caicó foi concorrida



Categoria prestigiou festa em Santa Cruz



Bancários do Seridó prestigiaram festa

EDITORIAL

A partir da década de 1980 empreendemos uma grande luta para construir uma alternativa para a classe trabalhadora deste País. Contudo, esta alternativa, aguardada nos últimos oito anos de governo de frente popular, não aconteceu.

Nenhuma mudança ou reforma estrutural como, por exemplo, a reforma agrária ou a reforma social, através do combate efetivo a uma das piores distribuições de renda do mundo, saiu do discurso para se materializar. Agora o que importa são os índices espetaculares de aprovação do Governo Lula, que acaba com 83%, nunca antes visto neste País. Quem ganhou e quem perdeu neste governo? Do paraíso ao inferno é importante pontuar algumas coisas e tentar entender os números:

A imprensa foi agraciada com polpudas verbas de publicidade. Foi assim mantida sob controle e, no fim das contas, se comportou sem criar problemas. O legislativo, através de emendas ao orçamento e ONGs, ficou feliz e nem se importa com o controle sofrido. Não se esqueceu de se autoconceder invejáveis reajustes de salários e verbas.

Felizes também estão os iludidos do bolsa família, bem como os nem tão inocentes assim que, por caminhos tortos ou não, conseguiram fazer parte desse Programa. O que deveria ser uma política pública compensatória se transformou em paternalismo, eleitoralismo e política de distribuição de migalhas.

Felizes mesmo estão os empresários, aí incluídos os incorporadores, que foram regidamente contemplados com subsídios, aliás, em grande medida, do FGTS do trabalhador e com taxas de juros igualmente maternais, via BNDES, BB, Caixa e outras instituições. Com as "burras" cheias de dinheiro são personagens sorridentes do crescente processo de concentração de renda.

E os banqueiros? Quanta felicidade nestes tempos das taxas de juros mais altas do mundo (para os mortais), das estonteantes tarifas e serviços cobrados ao seu bel-prazer, dos lucros fartamente multiplicados. Estes também foram ao paraíso e todos, a exemplo do dono do Itaú, se referem a Lula como o maior estadista que este País já teve. Algumas instituições financeiras, como o Bradesco, em 2003, chegaram à cifra de R\$ 1 bilhão de lucro anual. Ao final de 8 anos exibem R\$ 10 bilhões de lucros anuais. Como não atingir o nirvana com um feito tão extraordinário?

E nós, os trabalhadores, empregados dos bancos estatais, funcionários públicos e toda a classe operária, que verdadeiramente criam riquezas, fomos agraciados com quais conquistas? As condições de trabalho, as doenças, a sobrecarga, a exaustão perseguindo metas, as lutas por salários dignos, as discriminações, a conta a ser paga pela farrá com o dinheiro público, a corrupção, a deterioração da saúde, da educação, da segurança. Esta conta tem endereço certo: nós, os trabalhadores.

A burocracia sindical, sob o comando da CUT, protagonizou o vil espetáculo de traição à classe, aceitando e defendendo a retirada de direitos, a terceirização em massa no serviço público; esquecendo-se das perdas salariais sofridas; abandonando as bandeiras de lutas históricas e, pior, aliando-se àqueles que outrora combatiam.

Bancários inadimplentes não podem mais ser demitidos

Lei de Lula proíbe demissão por justa causa

Parece que Lula quer aumentar a legião de brasileiros endividados criada em seu governo. Para isso, sancionou dia 10 de dezembro do ano passado a Lei 12.347, revogando, assim, o Artigo 508 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que considerava "justa causa, para efeito de rescisão de contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis".

Com a novidade, o bancário poderá se endividar que não será mais demitido por justa causa. Mas, só por justa causa, porque a lei de Lula não proíbe a demissão sem justa causa. A nova lei de Lula

também vai permitir a contratação de bancários com dívidas nos sistemas de proteção ao crédito, antes proibida.

Para o Sindicato dos Bancários do RN, a sanção de Lula a essa lei é pura demagogia, já que os bancos praticam a alta rotatividade. "Por que ele não ratificou a Convenção 158 da OIT, que proíbe as demissões imotivadas?", questiona Tarcísio Cavalcante, diretor do Sindicato.

Diante de tamanha contradição, só resta lamentar essa medida fajuta, inócua e demagógica de Lula, que tenta, nos últimos dias de governo, fingir lembrar dos bancários, abandonados há oito anos por ele.

Sindicato critica Governo Lula na posse da diretoria da AFBNB

Marta Turra e Chicão representaram categoria do RN

A diretoria do Sindicato dos Bancários do RN não poupou críticas ao Governo Lula, durante a posse da nova diretoria da AFBNB, pelo tratamento dado aos bancários do país. A não implantação da isonomia pelos bancos foi uma das bandeiras mais lembradas no discurso da coordenadora-geral, Marta Turra. "A gente tem uma grande expectativa nessa gestão e ao mesmo tempo nós temos a certeza de que vai ser um ano difícil nesse novo governo, porque já se anunciam cortes no orçamento e isso vai afetar os trabalhadores. Então a gente espera que a AFBNB tenha muita clareza de que é preciso, mais do que nunca, defender

os trabalhadores. E tem que ter como prioridade questões como a isonomia, e a reposição das perdas salariais, que no Banco do Nordeste são mais de cem por cento. Essas são bandeiras de luta que devem continuar, que a gente deve insistir com isso", disse.



SUPERÁVIT PREVI - O QUE ACONTECEU?

O diretor de patrimônio, Gilberto Monteiro, explica a polêmica do Superávit

Os "nossos" Diretores eleitos na Previ Paulo Assunção, Ricardo Sasseron e Vitor Paulo Gonçalves; a AAFBB, a ANABB, a Contraf/CUT e Cia. estão em pânico porque o Ministério da Fazenda ainda não autorizou (até o fechamento desta edição) a Previ a doar ao Banco do Brasil os R\$ 7,5 bilhões dos seus associados, frutos dos sucessivos superávits.

Quando aquele Ministério aprovar o processo, ainda seguirá para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, órgão fiscalizador do Ministério da Previdência.

Vale lembrar que durante a campanha para aprovação do SIM naquele plebiscito fajuto, esses senhores e essas entidades prometeram o paraíso às suas vítimas, inclusive indicando a sugestiva e festiva data do dia 25/12/2010 para o crédito do Presente de Natal. Nada! Depois apontaram o dia 30 daquele mês. Nada! Mais recentemente sinalizaram com o "até o dia 20 de janeiro". Este prazo está chegando. Será que sai?

Todos lembram que a ANABB divulgou no seu material de campanha fotos do poderoso Valmir Camilo com o

então Ministro do Planejamento - e também colega de BB - Paulo Bernardo, certamente para passar confiança aos aposentados de que tudo já estaria acertadinho e empacotado, era só votar o SIM e embolsar as migalhas. Juvânia Leite, Presidente do SEEB/SP, montou uma daquelas entrevistas roteirizadas com os diretores Ricardo Sasseron e Vitor Paulo e divulgou na internet, onde listaram os "benefícios" para os associados e usaram aquele conciliador argumento "do melhor acordo possível".

Pois bem. Vejam abaixo o que o Paulo Assunção está pedindo às suas vítimas:

"Precisamos por em marcha a nossa força. Precisamos arrancar essa aprovação que já tarda. Nesse movimento a participação de todos é fundamental. E, tenho certeza, cada um de nós fará sua parte. Se cada um de nós enviar um e-mail ou carta ou telegrama para as autoridades abaixo teremos a aprovação que queremos."

O Diretor ainda apresenta uma sugestão de texto (ou na linguagem do BB, uma burrinha): **"Sr.Ministro(a), Sr.Secretário, Sr. Superintendente, Sr. Presidente. Nós, associados da PREVI, queremos a rápida aprovação**

do Regulamento do Plano 1 que espelha o Acordo firmado entre Banco do Brasil e entidades representativas dos funcionários sobre o uso do Superávit". E encerra sugerindo: **"Você pode acrescentar a este texto o que mais você quiser dizer à autoridade destinatária. Se não quiser acrescentar nada, não precisa"**.

Atentem para o seguinte trecho: "Se cada um de nós enviar um e-mail ou carta ou telegrama para as autoridades abaixo teremos a aprovação que queremos." As autoridades a que ele se refere são: Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Arno Augustin, Secretário do Tesouro; Paulo Bernardo, atual Ministro das Comunicações, ex-Ministro do Planejamento e fiador do acordo; Miriam Belchior, Ministra do Planejamento e Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil. Ou seja, você ainda precisa implorar para que esses senhores, todos do mesmo saco, sensibilizem a Previc a autorizar a tramoia. É muita humilhação!

O Sindicato orienta os bancários da ativa, aposentados e pensionistas a não fazerem nada, pois eles que criaram essa falsa expectativa, agora desmanchem o nó.

AEAP elege nova diretoria

A Associação dos Economistas Aposentados e Pensionistas da CAIXA (AEAP) já tem nova diretoria. A posse do grupo que dirigirá a entidade no biênio 2011/2012 ocorreu dia 14 de janeiro (sexta-feira), na AABB. Os associados renovaram o mandato da atual presidente, Lúcia Margareth, que no discurso de posse prometeu ainda mais empenho à frente da AEAP neste novo mandato. A diretoria do Sindicato prestigiou o evento e apoia a nova diretoria da associação.

